



PODER

# Em meio às críticas, Toffoli festeja vitórias

Presidente do STF, Edson Fachin faz defesa enfática do ministro, alvo de questionamentos por decisões no caso Master. Paulo Gonet, procurador-geral da República, rejeita pedido de deputados para que magistrado seja afastado da relatoria do processo

» LUANA PATRIOLINO

No centro de uma saraivada de críticas por sua atuação no caso das fraudes do Banco Master, o relator do processo no Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Dias Toffoli, comemorou triunfos ontem. O presidente da Corte, Edson Fachin, fez uma defesa enfática do trabalho dele; e o procurador-geral da República, Paulo Gonet, rejeitou um pedido de deputados da oposição para que o magistrado fosse afastado da relatoria do caso.

Em nota divulgada à noite, Fachin frisou que o STF se pauta pela guarda da Constituição, pelo devido processo legal, pelo contraditório e pela ampla defesa, cumprindo respeitar os campos de atribuições do Ministério Público e da Polícia Federal, “porém, atuando na regular supervisão judicial, como vem sendo feito no âmbito dessa Suprema Corte pelo ministro relator, Dias Toffoli”, sustentou.

Fachin disse que a Corte não cederá a pressões. “É indubitado que todos se submetem à lei, inclusive a própria Corte Constitucional; na-dá obstante, é preciso afirmar com clareza: o Supremo Tribunal Federal não se curva a ameaças ou intimidações. Quem tenta desmoralizar o STF para corroer sua autoridade, a fim de provocar o caos e a diluição institucional, está atacando o próprio coração da democracia constitucional e do Estado de direito”, destacou.

Segundo Fachin, as “adversidades não suspendem o direito”. “As situações com impactos diretos sobre o sistema financeiro nacional exigem mesmo resposta firme, coordenada e estritamente constitucional das instituições competentes”, afirmou.

O magistrado frisou que as suspeitas de fraudes financeiras devem seguir seu curso regular e que

eventuais vícios ou irregularidades no Judiciário serão analisados pelos ritos previstos na Legislação.

“A Constituição da República atribui ao Banco Central do Brasil o dever jurídico de assegurar a estabilidade do sistema financeiro, a continuidade das operações bancárias essenciais, a proteção dos depositantes e a prevenção de riscos sistêmicos. Tais competências, de natureza técnica e indelegável, devem ser exercidas com plena autonomia e sem ingerências indevidas”, escreveu.

O presidente do STF também mencionou o trabalho da PF no caso. “A atuação da Polícia Federal é igualmente indispensável, sobretudo na apuração de eventuais práticas criminosas de gestão temerária, fraude financeira, manipulação de informações, lavagem de dinheiro e outros ilícitos previstos na legislação penal e financeira.”

Ele ressaltou que a Constituição atribui à PGR promover a persecução penal e controlar a legalidade das investigações. “O Ministério Público, como instituição permanente, exerce papel fundamental na tutela da ordem econômica e do regime jurídico de defesa dos consumidores”, mencionou.

O magistrado destacou que o STF “age por mandato constitucional, e nenhuma pressão política, corporativa ou midiática pode revogar esse papel”. “Defender o STF é defender as regras do jogo democrático e evitar que a força bruta substitua o direito. A crítica é legítima e mesmo necessária. Não obstante, a história é implacável com aqueles que tentam destruir instituições para proteger interesses escusos ou projetos de poder; e o STF não permitirá que isso aconteça”, avisou.

E acrescentou: “O Supremo fez muito no Brasil em defesa do Estado de Direito Democrático; fará ainda mais. Sim, todas as

Rosinei Coutinho/STF



Parlamentares questionaram a viagem do ministro Dias Toffoli ao Peru, em novembro passado, com um dos advogados do caso Master

instituições podem e devem ser aperfeiçoadas, isso sempre, mas jamais destruídas. Quem almeja substituir a ousada pedagogia da prudência pelo irresponsável primitivismo da pancada errou de endereço”, disse.

## Arquivamento

Já Gonet arquivou um pedido da oposição para afastar Toffoli da relatoria do processo. A solicitação foi feita pelos deputados federais Carlos Jordy (PL-RJ), Adriana Ventura (Novo-SP) e Caroline de Toni (PL-SC). Eles questionaram

a viagem do ministro ao Peru, em novembro, com um dos advogados do processo.

“O caso a que se refere a representação já é objeto de apuração perante o Supremo Tribunal Federal, com atuação regular da Procuradoria-Geral da República. Não há, portanto, qualquer providência a ser adotada no momento”, escreveu o PGR.

O ministro Gilmar Mendes, decano do STF, elogiou a decisão de Gonet. Segundo ele, o parecer indica o funcionamento adequado da República, além da “preservação do devido processo legal e a observância das garantias institucionais”.

“Decisões fundadas em critérios jurídicos objetivos, afastadas de pressões circunstanciais, fortalecem a segurança jurídica e reafirmam a maturidade institucional do sistema constitucional brasileiro”, afirmou Mendes nas redes sociais.

Nos próximos dias, Gonet também deve decidir sobre outras solicitações sobre a atuação do magistrado. A expectativa é de que ele mantenha a posição, para evitar atritos com a Corte.

A postura de Toffoli tem sido alvo de questionamentos e críticas. Além da sequência de recuos dele em decisões sobre o caso e acusações de

que tem interferido na autonomia da Polícia Federal na investigação, é apontada a suposta ligação da família do magistrado com Daniel Vercaro, dono do Banco Master.

Em 29 de novembro, o advogado Augusto de Arruda Botelho, que faz a defesa de um dos diretores do Master, esteve em um jatinho particular do empresário Luiz Oswaldo Pastore com Toffoli numa viagem para assistir à final da Libertadores entre Flamengo e Palmeiras, em Lima. À época, o defensor e o ministro alegaram que “eram apenas torcedores” e que não conversaram sobre trabalho na viagem.

## NAS ENTRELINHAS



Por Luiz Carlos Azedo  
luizazedo.df@dabr.com.br

# O Agente Secreto lava a alma do Brasil real

No seu discurso de posse na Academia Brasileira de Letras, Ariano Suassuna destacou uma frase de Machado de Assis sobre os maus governos e a má política, que lhe serviu de chave mestra para entender o Brasil: “O ‘país real’, esse é bom, revela os melhores instintos. Mas o ‘país oficial’, esse é caricato e burlesco”. Essa cisão não é apenas política: atravessa também a cultura, a forma como nos vemos e como conseguimos ser vistos pelo mundo.

É nesse ponto que o cinema brasileiro, quando alcança seu novo patamar, deixa de ser apenas arte e passa a ser um momento em que o Brasil real se impõe, sem pedir licença ao Brasil oficial. E é exatamente isso que *O Agente Secreto*, de Kleber Mendonça Filho, realiza ao chegar ao Oscar com quatro indicações — Melhor Filme, Melhor Filme Internacional, Melhor Escalação de Elenco e Melhor Ator, para Wagner Moura — igualando o recorde de *Cidade de Deus* e, mais importante, disputando as categorias centrais da indústria que decide, ano após ano, quem entra no cânone universal do audiovisual.

Mas, para entender por que esse feito

“lava a alma” do Brasil real, é preciso voltar à literatura, porque o desafio comum entre um prêmio Nobel e o Oscar é ultrapassar um obstáculo invisível: a barreira da língua. Do ponto de vista cultural, a língua pode ser uma espécie de Muralha da China, que separa mundos, limita circulações e impõe hierarquias.

Milan Kundera, em *A Cortina*, um grande ensaio literário, observa como o romance ocidental nasceu para investigar a condição humana, mas como a língua molda o escritor e condiciona o alcance da sua obra. Não é irrelevante que Kundera tenha atravessado a fronteira do reconhecimento internacional por meio do francês, e não pelo tcheco — como se o mundo, para reconhecer um autor, exigisse primeiro um “passaporte linguístico”.

No cinema, essa exigência é ainda mais dura. Porque, diferentemente da literatura — em que a tradução é uma ponte antiga, poderosa e relativamente respeitada —, no audiovisual o idioma funciona muitas vezes como uma triagem: o sotaque vira obstáculo; a legenda vira resistência; o não inglês vira exceção. É por isso que existe uma diferença decisiva entre disputar o “melhor filme inter-

nacional” e o “melhor filme”. No primeiro caso, o cinema estrangeiro é reconhecido; no segundo, deixa de ser periférico e vai para a sala principal. *O Agente Secreto* está na porta da sala principal, como quem diz, sem cerimônia: “Nós também somos o mundo”.

O escritor russo Leon Tolstói (*Guerre e Paz*, *Anna Karenina*) aconselhava: “Se queres ser universal, começa por pintar a tua aldeia”. Não se trata de provincianismo; é a verdade. Nas particularidades — no cheiro, no gesto, na rua, no medo, na alegria, na violência banalizada, na música, na “vida banal” — aparece aquilo que é humano o suficiente para ser reconhecido em qualquer latitude.

## Recife universal

Kleber Mendonça Filho transforma o Recife, uma cidade emblemática do Nordeste brasileiro, fundada em 1537, em microcosmo do Brasil. De forma “nua e crua”, mostra a fricção permanente entre Brasil oficial e Brasil real como experiência estética sensível. Não “explica” o país; faz aparecer. Pois é aí que a bar-

reira da língua começa a ceder. O público internacional pode não dominar o português, mas reconhece o essencial: a atmosfera, o conflito, o trauma, a humanidade ferida, o riso que escapa mesmo na sombra, a dignidade que insiste. A aldeia está pintada com tal intensidade que se torna universal.

O Oscar, por décadas, funcionou como uma espécie de “clubes linguístico”. A língua inglesa estabelecia a norma estética e moral, como se a condição humana só alcançasse sua forma completa quando pronunciada no idioma anglo-saxão. O cinema de outras línguas era frequentemente empurrado para o “setor internacional”, um território de reconhecimento controlado, de prestígio restrito. Essa barreira está sendo rompida. O mundo se move, os públicos se acostumaram à diversidade linguística graças ao streaming, aos festivais e à circulação global. Os bons filmes não cabem mais no rótulo de estrangeiro e confrontam a onda xenofóbica que varre o mundo.

*Ainda Estou Aqui*, indicado a Melhor Filme e vencedor como Melhor Filme Internacional, abriu um precedente histórico para o Brasil, que *O Agente Secre-*

*to* agora consolida, ao insistir na sala principal e ampliar a presença brasileira no núcleo simbólico da premiação. O Brasil, por muito tempo, foi visto como paisagem, exotismo ou alegoria. Agora, aparece como personagem do mundo sem pedir tradução da alma.

O cinema americano costuma privilegiar uma ideia muito específica de carisma, dicção, presença e “centralidade cultural”. Em outras palavras: o ator precisa ser percebido como protagonista do imaginário do mundo. E, tradicionalmente, o imaginário do mundo — no Oscar — fala inglês. É por isso que a indicação de Wagner Moura tem um peso que vai além do feito individual: ela é um gesto de ruptura no lugar mais difícil.

Não se trata apenas de “um brasileiro indicado”. Trata-se de um brasileiro indicado sem apagar sua marca, com seu corpo, seu ritmo, sua assinatura humana e cultural. Seu sotaque, que antes era visto como ruído, passa a ser ouvido como estilo. A “barreira” foi ultrapassada pela identidade. *O Agente Secreto* fala sem pedir desculpas, transforma a estética local em universal e faz o mundo ler as lendas como nós.